

PROCESSO - A. I. N° 089604.0033/21-5
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - JOELMA RODRIGUES SANTOS 02330752598
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 4ª JJF nº 0031-04/24-VD
ORIGEM - DAT SUL / INFAZ SUDOESTE
PUBLICAÇÃO - INTRANET 13.02.2025

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO CJF N° 0001-11/25-VD**

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. SUJEITO PASSIVO POR SUBSTITUIÇÃO. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. FALTA DE RECOLHIMENTO. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Autuada desconhecia a existência da empresa aberta em seu nome, o que se confirma através do boletim de ocorrência referente à queixa prestada em Órgão Policial por uso indevido do seu nome para abertura da empresa. Inexistência de prova concreta que afaste o argumento defensivo no sentido de que as operações objeto da autuação não eram do seu conhecimento. Fato confirmado pelo autuante. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se Recurso de Ofício, em razão de a Decisão proferida por meio do Acórdão da 3ª JJF nº 0134-03/24-VD, ter desonerado o sujeito passivo do débito que lhe foi imputado, consoante determina o art. 169, I, “a” do RPAF-BA/1999. Os presentes autos de exigência de crédito tributário no valor de R\$ 92.381,57, mais multa de 100%, em decorrência da seguinte imputação:

“Infração 01 – 007.001.005: Falta de recolhimento do ICMS por antecipação tributária, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias sem documentação fiscal”.

Consta na mídia digital de fl. 07, dois arquivos relacionados aos DANFes nº 1891556 e 1893566, com as seguintes informações:

NF N° 001.893.566

NATUREZA DA OPERAÇÃO

VENDA PRODUCAO DO ESTABELECIMENTO QUE NAO DEVA POR ELE TRANS

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 143200216369710 - 24/11/2020 14:20:05

INSCRIÇÃO ESTADUAL

0370001605 - INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT. CNPJ 89.305.239/0001-83

D ESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

JOELMA RODRIGUES SANTOS

CNPJ / CPF 39.472.248/0001-90

DATA DA EMISSÃO 24/11/2020 14:19:59

ENDEREÇO

AVENIDA EMBURADO, 01 BAIRRO / DISTRITO CENTRO, CEP 46255-000

DATA DA SAÍDA

MUNICÍPIO MAETINGA UF BA FONE / FAX (77) 3535-0002

INSCRIÇÃO ESTADUAL 172450356

HORA DA SAÍDA

FATURA / DUPLICATA Num. 001 Venc. 26/11/2020 Valor R\$ 316.420,22

A autuada ingressou com **Impugnação** ao lançamento, fls. 20 a 22. O autuante apresentou **informação fiscal**, fl. 39, reconhecendo que da documentação verificada, existe débito apurado no presente Auto de Infração e que o Estado da Bahia é credor do *quantum* apurado, mas que, como o sujeito passivo demonstra que não é comerciante e não tem vínculo com a empresa, **“resta reconhecer”**.

A JJF apreciou a controvérsia e decidiu pela Improcedência conforme o voto condutor:

VOTO

A acusação que versa nos presentes autos para efeito de exigência de ICMS no valor de no valor de R\$ 92.381,57, mais multa de 100%, é decorrente da seguinte acusação: “Falta de recolhimento do ICMS por antecipação tributária, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias sem documentação fiscal”, apuradas com base nos DANFes nºs 1891556 e 1893566, constantes na mídia digital de fl. 07.

De acordo com o constante do Sistema INC da Sefaz, o estabelecimento objeto da autuação se refere a uma microempresa localizada na cidade de Maetinga/BA, no endereço indicado na inicial, com início de atividade em 19/10/2020 e classificado como “inapto” em 15/12/2020, constando como titular a Sra. Joelma Rodrigues Santos, CPF 023.307.525-98.

A referida Senhora alegou em sua defesa que desconhecia a existência da empresa que deu causa à autuação, que jamais foi comerciante e tampouco autorizou terceiro a abrir qualquer estabelecimento comercial em seu nome, acrescentando, ainda, que nunca esteve na cidade de Maetinga, sendo a empresa aberta de modo fraudulento em seu nome, conforme Certidão Policial decorrente do Boletim de Ocorrência registrado na 6ª CRPN do município de Almadina/BA, onde declara residir, com data de 03/11/2021, portanto, após a autuação.

Tal argumento foi acolhido pelo autuante que, através da informação fiscal prestada à fl. 39, declarou que, diante dos exames verificados na documentação apresentada, “resta reconhecer” os argumentos defensivos.

Analizando os fatos e documentos constantes destes autos vejo que assiste razão a autuada, na medida em que a primeira intimação encaminhada ao estabelecimento autuado, para o endereço constante do Auto de Infração, foi devolvida pelos Correios, enquanto que por ocasião da segunda intimação endereçada a pessoa física da Sra. Joelma Rodrigues Santos, na cidade de Almadina/BA, foi recebida pela mesma em seu endereço residencial, conforme AR de fl. 16, o que comprova sua desvinculação com o endereço constante da autuação.

Isto posto, entendo que, realmente, a autuada desconhecia a existência da empresa aberta em seu nome, o que se confirma através do boletim de ocorrência referente à queixa prestada no Órgão Policial acima citado, em razão do uso indevido do seu nome para abertura da referida empresa, não existindo, ao meu ver, nenhuma prova concreta que afaste o argumento defensivo no sentido de que as operações objeto da autuação não eram do conhecimento da autuada.

Assim acolhendo o posicionamento do autuante, voto pela IMPROCEDÊNCIA do presente Auto de Infração, com a recomendação de que seja extraída cópia integral dos presentes autos para efeito de encaminhamento à Inspetoria Fazendária de Investigação e Pesquisa – INFIP para adoção das providências pertinentes.

A JJF recorre de ofício da presente decisão para uma das Câmaras de Julgamento Fiscal do CONSEF, nos termos do artigo 169, I, “a” do RPAF/99, devido a desoneração ter atingindo o valor regulamentar.

VOTO

A decisão de piso não merece reforma.

Conforme resta demonstrado nos autos, a pessoa indicada como responsável pelo débito tributário ora exigido não possui qualquer relação com o comércio ou com a empresa que realizou as operações objeto da autuação.

Como bem registrado na decisão de piso:

A referida Senhora alegou em sua defesa que desconhecia a existência da empresa que deu causa à autuação, que jamais foi comerciante e tampouco autorizou terceiro a abrir qualquer estabelecimento comercial em seu nome, acrescentando, ainda, que nunca esteve na cidade de Maetinga, sendo a empresa aberta de modo fraudulento em seu nome, conforme Certidão Policial decorrente do Boletim de Ocorrência registrado na 6ª CRPN do município de Almadina/BA, onde declara residir, com data de 03/11/2021, portanto, após a autuação.

Tal argumento foi acolhido pelo autuante que, através da informação fiscal prestada à fl. 39, declarou que, diante dos exames verificados na documentação apresentada, “resta reconhecer” os argumentos defensivos.

Analizando os fatos e documentos constantes destes autos vejo que assiste razão a autuada, na medida em que a primeira intimação encaminhada ao estabelecimento autuado, para o endereço constante do Auto de Infração, foi devolvida pelos Correios, enquanto que por ocasião da segunda intimação endereçada a pessoa física da Sra. Joelma Rodrigues Santos, na cidade de Almadina/BA, foi recebida pela mesma em seu endereço residencial, conforme AR de fl. 16, o que comprova sua desvinculação com o endereço constante da autuação.

Em verdade, assim como o Estado da Bahia, a autuada foi vítima de prática ilícita de terceiros. A vítima, inclusive, registrou Boletim de Ocorrência perante as autoridades competentes (fl. 28).

Assim sendo, adiro às razões da decisão de piso, e NEGO PROVIMENTO ao Recurso de Ofício, para julgar IMPROCEDENTE o Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício interposto e manter a Decisão recorrida que julgou **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **089604.0033/21-5**, lavrado contra **JOELMA RODRIGUES SANTOS 02330752598**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 21 de janeiro de 2025.

RUBENS BEZERRA SOARES – PRESIDENTE

BRUNO NOU SAMPAIO – RELATOR

JOSÉ AUGUSTO MARTINS JUNIOR – REPR. DA PGE/PROFIS